



# DESAFIOS DA IMPARCIALIDADE NO JULGAMENTO: REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE E CULTURA

Danielle Santos Gonçalves;  
Maria Eduarda da Silva.  
Professora Orientador Ma. Roberta Borges F. Pires.  
Professora Coorientador Maria Leandra Figueiredo Pioto.  
PEI Maria Falconi de Felício  
Pitangueiras – SP.



## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A imparcialidade nos julgamentos é fundamental no sistema jurídico, mas o viés inconsciente e cognitivo pode comprometer a imparcialidade. Esses vieses podem afetar especialmente processos judiciais, como júris. As sociedades e culturas têm a capacidade de influenciar no julgamento das pessoas. O julgamento moral é crucial na tomada de decisões éticas. O estudo proposto analisa como vieses inconscientes afetam a punição criminal com base em fatores como orientação sexual, gênero, raça, condição social e idade. Abordar esses preconceitos é essencial para promover a imparcialidade no sistema jurídico.

## 2. OBJETIVO



O estudo visa desenvolver uma melhor compreensão de como as sociedades e culturas influenciam o processo de condenação e, por sua vez, a imparcialidade dos julgamentos.

## 3. METODOLOGIA



O estudo foi conduzido com a elaboração de casos criminais como descrito na figura 1.

Figura 1: Descrição dos fatores avaliados no trabalho de pesquisa.



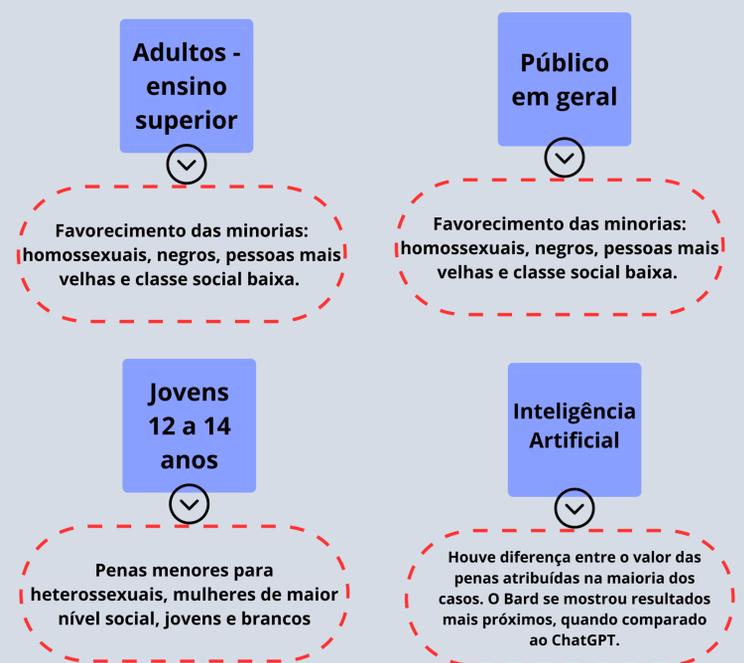
Fonte: Os autores, 2023.

Esses casos foram apresentados presencialmente para jovens da comunidade escolar, através de formulário para adultos com nível universitário e para o público geral. Houve também a descrição das duas versões no ChatGPT e Bard.

## 4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Após aplicação da pesquisa, obtivemos o seguinte resultado.

Figura 2: Resultados obtidos com a aplicação da pesquisa sobre os casos criminais.



Fonte: Os autores, 2023.

Figura 3: Aplicação dos questionários para o público de 12 a 14 anos.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo destacam a necessidade urgente de abordar o preconceito e a discriminação no sistema judiciário. A longo prazo, o investimento em educação se mostrou crucial, enquanto, a curto prazo, a promoção da diversidade nos júris e a limitação ao acesso a informações pessoais dos réus são medidas que poderiam garantir a imparcialidade e a justiça no processo legal.

## Referências

- ADORNO, T. W. (2002). *Mínima moralia: Reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Editora Unesp.
- Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Nunes. *O papel do preconceito e da discriminação na justiça criminal brasileira: Uma análise experimental*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 38, n. 109, p. 1-27, 2023.
- COSTA, G. B. B. et al. *A influência do preconceito no julgamento humano*. 2023. Feira Brasileira de Ciência e Engenharia, São Paulo.